

Editorial 46 –Taxa de natalidade, ensino e segurança pública

Por: Agostinho Mateus

Para essa edição trazemos 3 temas que embora abordados separadamente, estão muito ligados: a taxa de natalidade, o ensino e a segurança pública. Quando não debatidas e tratadas na oportunidade que se impõe, essas questões podem causar à sociedade um impacto catastrófico.

TAXA DE NATALIDADE

Além de uma simples previsão publicada em resultado do censo realizado em 2014, continua a não haver qualquer debate ou sequer a publicação de dados estatísticos sobre a taxa de natalidade.

Precisamos de saber o que se está a passar e de reduzir o exército de desempregados sem qualificações que a elevada taxa de natalidade está a agravar!

Estamos convictos de que o tema do controlo de natalidade deve ser debatido com abertura e sem preconceitos para conseguirmos equilibrar economia e natalidade. De outra forma, estaremos a colocar no mundo gerações de desempregados e a aumentar os índices de miséria no país e, conseqüentemente, a fazer perigar a segurança e a estabilidade futuras.

Um crescimento populacional superior ao crescimento da economia condena a população a uma espiral de miséria. É uma das condições de melhoria social que alguma coisa seja feita, urgentemente, para reduzir a taxa de natalidade de forma a facilitar a saída desta espiral de miséria.

Defendemos que o Estado deve, através de organismos de apoio social directo as famílias, e não com programas espalhados por vários sectores, garantir que os direitos das crianças (alimentação, educação, etc) sejam providos pelos pais; uma, de várias soluções possíveis, talvez passasse pela proactividade do Estado na criação de mecanismos para efectuar descontos de parcelas consideráveis nos rendimentos dos progenitores que se furtam das suas responsabilidades ao invés de esperar que um deles apresente queixa junto do tribunal para que o outro comece a assumi-las.

O crescimento populacional e a nossa pirâmide etária acrescentam entre 500 e 600 mil pessoas por ano à população em idade de trabalhar. Se não se reduzir a taxa de natalidade teremos de criar mais de 500 mil postos de trabalho por ano ou tornarmo-nos cada vez mais pobres uns e miseráveis, outros! A escolha é nossa!

ENSINO/CONHECIMENTO

Em razão da própria actividade de ensino e aprendizagem ser de execução anual, pouco ainda temos para avaliar. No entanto, os dois anos lectivos passados foram de retrocesso e o novo ano lectivo começou com a preocupação quase única de gerir os episódios de Covid-19 nas escolas, não deixando muito espaço para outras preocupações. A agravar a situação, arrancou a greve dos docentes do ensino superior das universidades públicas que já leva quase meio semestre lectivo. Teremos, provavelmente, mais um ano de estagnação ou retrocesso.

De acordo com o resultado do IEA publicado pelo INE, a taxa de actividade no 3.º Trimestre de 2021 cresceu cerca de 1,8% com relação ao trimestre anterior e cerca de 1,5%, se comparado com o período homólogo. Tais variações indicam que há um número crescente de pessoas à procura de trabalho precocemente e que, portanto, o número de pessoas com idade escolar fora de sistema de ensino, por razões de sobrevivência, está a aumentar.

Com uma taxa de natalidade acima do crescimento do PIB, ter um número cada vez mais elevado de indivíduos entrando no mercado de trabalho precocemente (geralmente no mercado informal) em detrimento do sistema de ensino, é um perigo. É preciso que se estanque essa tendência; que se inverta a situação com melhor formação a partir do ensino primário.

Um indivíduo bem formado no ensino primário, em especial aquele com idade acima dos 14 anos, estará em melhores condições de encarar uma formação técnico-profissional de nível básico e numa progressão natural dentro da sua área profissional encarar com sucesso uma formação técnico-profissional de nível médio. Aliás, é preciso que se comece a criar uma política séria de comunicação, publicidade, posicionamento e valorização dessas formações pois também são muito importantes para o crescimento do país; senão não se estaria a conceder vistos de trabalho para mecânicos, carpinteiros, trolhas, electricistas auto, electromecânicos e outros.

Contudo, é preciso dar-se atenção ao nosso ensino primário. O grupo que consegue manter-se no sistema de ensino, pelo menos no ensino primário, termina-o com inúmeras deficiências pois, o sistema em vigor tolera à passagem de classe sem os conhecimentos adequados. É urgente que o Estado se vire para a qualidade fazendo testes nacionais corrigidos fora da escola frequentada pelo aluno, premiando as escolas e professores com melhores resultados.

É fundamental que o Estado defina o serviço público de educação. Pretende-se garantir que todos os alunos consigam completar o 6.º ano? Temos condições para criar escolas para esse objectivo? Deve o Estado recorrer ao apoio social de algumas famílias para garantir o ensino gratuito até esse nível, usando os recursos dos colégios privados? Deve o Estado apoiar os alunos com material? Qual o critério? Qual é o apoio que é possível dar aos níveis superiores: 9.º ano, ensino médio e ensino superior.

É fundamental que sejam definidos objectivos anuais de aproximação aos níveis de qualidade africanos de ensino e se estabeleçam métricas de aferição do seu cumprimento.

A falta de mão-de-obra qualificada (conhecimento) é um dos principais constrangimentos do mercado. O modelo de formação superior existente retarda a entrada dos jovens no mercado de trabalho porquanto continua-se a ter apenas um modelo de formação superior longo, independentemente do objectivo profissional do formando e das actuais necessidades do mercado.

À semelhança do que já acontece com êxito em vários países e até mesmo em alguns da região austral do nosso continente, como na África do Sul e na Namíbia, é preciso começar-se a pensar numa formação superior profissionalizante de curta duração, menos de 3 anos, especializada e totalmente virada para o mercado de trabalho, conferindo o grau académico equivalente a uma licenciatura técnica.

A esse respeito, consideramos ser fundamental a criação de um relacionamento de respeito, de contratação, e não de imposição, como se tem verificado, com as Instituições de Ensino Superior privadas. As universidades precisam da liberdade necessária para a criação dos cursos, suas grades curriculares e seus preços.

SEGURANÇA PÚBLICA

Garantir a segurança dos cidadãos e das organizações é função da Polícia Nacional (PN). É para isso que ela existe e é a isso que ela devia estar adstrita.

Contudo, na nossa opinião, o 3.º Trimestre de 2021 apresentou um quadro semelhante ao do semestre anterior: continuamos a observar sinais mistos relativos à desmilitarização da segurança pública, com melhorias no relacionamento no casco urbano de Luanda, mas sem melhorias visíveis no interior do país e nos bairros da capital.

Os dados sobre a criminalidade não mostraram melhorias, tendo-se mesmo agravado com o aumento da miséria. Os episódios constantes de “lutas entre gangues rivais” (muitas dessas formadas por adolescentes entre os 12 e 17 anos, que estão fora do sistema de ensino e sem a assistência dos progenitores) que acontecem na cidade de Luanda estão a criar uma escola de marginalidade extremamente perigosa que a PN deve eliminar.

Continuamos a observar quotidianamente mais acções de inspecção a quem está a trabalhar (taxistas, camionistas, etc.) do que acções de combate ao banditismo. Quando os episódios violentos acontecem a PN regular desaparece até chegar a PIR. É necessário que este quadro se altere.

As populações continuam assustadas e recorrem com frequência à justiça pelas próprias mãos, o que é um enorme retrocesso civilizacional e afasta os investidores.

As empresas continuam a nem pensar em começar a pensar em prescindir dos serviços de segurança privados.

Se há coisa que os empresários valorizam é a segurança dos seus investimentos sem prepotências, no quadro de uma polícia civil que actue para os proteger sob as mais diversas circunstâncias, sem nunca interferir nos seus negócios!

É necessário que se continue o processo de formação dos agentes da polícia para que, mesmo na periferia, no interior do país ou na acção sobre determinadas pessoas, possam prestar um serviço cada vez melhor ao cidadão e esse confie mais na polícia e colabore com os serviços.

Sem uma discussão séria sobre a taxa de natalidade e a política de ensino ou a sua qualidade em todos os níveis, a segurança pública estará cada vez mais comprometida e o impacto poderá ser catastrófico. A oportunidade de debate é agora!

Luanda, 28 de Fevereiro de 2022